



NOTA PÚBLICA



A ASSOCIAÇÃO JUÍZES PARA A DEMOCRACIA (AJD), fundada em 13 de maio de 1991 e o COLETIVO POR UM MINISTÉRIO PÚBLICO TRANSFORMADOR (TRANSFORMA MP), fundada em 15 de dezembro de 2016, organizações compostas respectivamente por Juizes e Juizas, Membras e Membros de todos os segmentos do Poder Judiciário e do Ministério Público, entidades comprometidas com a defesa de valores próprios do Estado Democrático de Direito, da proteção efetiva dos direitos humanos e da promoção e defesa dos princípios da democracia pluralista, balizados em suas atuações pelos mesmos princípios e fortes no compromisso com o pensamento crítico e humanista, inclusive no diálogo e interlocução do Ministério Público com os movimentos sociais, na defesa da plena garantia de liberdade religiosa, cientes dos inaceitáveis e repetidos episódios ocorridos na Igreja da Paz, em Fortaleza (CE), entre os dias 4 e 18 de julho deste ano, vêm a público, **primeiramente**, manifestar irrestrita **solidariedade** aos Padres **Lino Allegri, Oliveira Rodrigues** e, também, ao **Padre Sales**, todos atingidos e/ou agredidos recentemente em suas liberdades individuais e no que há de mais sagrado em seus ofícios, que é a liberdade de evangelizar em sintonia com as circunstâncias concretas da vida, forma de pregação que assume maior sentido e relevância em regiões marcadas pela pobreza, pela fome e pela falta de oportunidades.

O Brasil é o nono País mais desigual entre as 195 nações no mundo e vem aumentando a sua faixa de bilionários, que já alcança o número de 238 pessoas donas de uma fortuna de R\$1,6 trilhões de reais sendo que, destas, 42 acrescentaram US34 bilhões de dólares às suas riquezas durante a pandemia, ao mesmo tempo em que, na linha

oposta, a taxa de desemprego assumiu números cada dia mais alarmantes, antes e durante a maior crise sanitária da humanidade, período em que medidas urgentes e cuidados necessários com a população foram relegados pelo Governo Federal, colocando em risco a saúde e a vida de milhares de brasileiros, muitos já falecidos, sendo expressão da vivência cristã e de outras religiões comprometidas com a dignidade humana olhar para os oprimidos, orar por eles, fugir da alienação para identificar e denunciar as causas e os males da indiferença e da desigualdade, como o Cristo verdadeiro que acolhe e protege os desvalidos e não se acumplicia com os poderosos.

Neste sentido, as entidades que subscrevem a presente manifestação **REPUDIAM** a prática dos atos de constrangimento, ameaças e violência, real ou simbólica dirigidas especialmente aos Padres Lino Allegri e Oliveira Rodrigues, ou a qualquer outro celebrante em sua missão pastoral, **por parte daqueles que agem movidos por ódio e intolerância, em ação de caráter político-ideológico que objetiva silenciar sacerdotes para proteger personagem político que reverenciam.**

Registram as subscritoras, finalmente, que embora sendo laico o Estado, a Constituição assegura, como direito fundamental inviolável (art.5º, VI), “(..)o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. É inadmissível que os celebrantes ou fiéis de quaisquer religiões sejam arbitrariamente interpelados ou importunados durante o ofício religioso, em qualquer circunstância. Tal prática pode em tese constituir, dentre outros, os crimes previstos nos artigos 147-A e 208 do Código Penal, consumados por quadrilha organizada se envolver grupo de pessoas, sendo necessário e urgente que os órgãos do sistema de Justiça apurem os acontecimentos com o necessário rigor, adotando as medidas cabíveis, em defesa da democracia e dos direitos fundamentais.

Fortaleza, 21 de julho de 2021

ASSOCIAÇÃO JUÍZES PARA A DEMOCRACIA (AJD)

COLETIVO TRANSFORMA MP